

MARIA SYLVIA ZANELLA
DI PIETRO

DIREITO ADMINISTRATIVO

38^a
edição
revista,
atualizada e
ampliada



- A autora deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pela autora até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 20.12.2024
- A Autora e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2025 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Daniel Kanai
- **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D524d
38. ed.

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella, 1943-
Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. - 38. ed., rev. e atual. - Rio de Janeiro : Forense, 2025.
1048 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia
índice remissivo
ISBN 978-85-3099-592-8

1. Direito administrativo - Brasil. I. Título.

24-95230

CDU: 342.9(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

Sumário

Capítulo 1 – O Direito Administrativo	1
1.1 Formação do Direito Administrativo	1
1.2 Fundamentos filosóficos e constitucionais do Direito Administrativo	4
1.3 Contribuição do direito francês	7
1.4 Direito administrativo alemão	10
1.5 Direito administrativo italiano	12
1.6 Direito administrativo anglo-americano	13
1.7 Direito administrativo brasileiro.....	19
1.8 O Direito Administrativo brasileiro sob influência do direito estrangeiro: sistemas de base romanística, do <i>common law</i> e do direito comunitário europeu	22
1.9 Transformações do Direito Administrativo brasileiro.....	25
1.10 Objeto do Direito Administrativo	39
1.11 Métodos de estudo.....	42
1.11.1 Escola legalista, exegética, empírica ou caótica.....	42
1.11.2 O estudo do Direito Administrativo jurisprudencial	43
1.11.3 Direito Administrativo e Ciência da Administração.....	43
1.11.4 Critério técnico-científico de estudo do Direito Administrativo.....	44
1.12 Fontes do Direito Administrativo	45
1.13 Conceito de Direito Administrativo	56
1.13.1 Escola da <i>puissance publique</i>	56
1.13.2 Escola do serviço público	57
1.13.3 Critério do Poder Executivo	58
1.13.4 Critério das relações jurídicas.....	58
1.13.5 Critério teleológico.....	58
1.13.6 Critério negativo ou residual	59
1.13.7 Critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado.....	59
1.13.8 Critério da Administração Pública	60
1.13.9 Nossa definição	61
Capítulo 2 – Administração Pública.....	63
2.1 O vocábulo administração.....	63
2.2 A expressão Administração Pública	63
2.3 Administração pública e governo	64
2.3.1 Aspecto objetivo	64
2.3.2 Aspecto subjetivo.....	65
2.4 Administração pública em sentido estrito.....	67
2.5 Administração pública em sentido objetivo.....	67
2.6 Administração pública em sentido subjetivo	69

Capítulo 3 – Regime Jurídico Administrativo	73
3.1 Regimes público e privado na administração pública.....	73
3.2 Regime jurídico administrativo	74
3.3 Reflexos da LINDB sobre o direito administrativo	75
3.4 Princípios da administração pública.....	79
3.4.1 Legalidade.....	81
3.4.2 Supremacia do interesse público	81
3.4.3 Impessoalidade	83
3.4.4 Presunção de legitimidade ou de veracidade.....	84
3.4.5 Especialidade.....	84
3.4.6 Controle ou tutela	85
3.4.7 Autotutela	85
3.4.8 Hierarquia.....	86
3.4.9 Continuidade do serviço público	86
3.4.10 Publicidade	87
3.4.11 Moralidade administrativa	91
3.4.12 Razoabilidade e proporcionalidade.....	93
3.4.13 Motivação	95
3.4.14 Eficiência.....	96
3.4.15 Segurança jurídica, proteção à confiança e boa-fé.....	99
3.4.15.1 Segurança jurídica.....	99
3.4.15.2 Proteção à confiança.....	100
3.4.15.3 Boa-fé.....	101
3.4.15.4 Aplicação dos princípios da segurança jurídica, boa-fé e proteção à confiança	102
3.5 Poderes da Administração	103
3.5.1 Normativo	104
3.5.2 Disciplinar	107
3.5.3 Decorrentes da hierarquia.....	108
Capítulo 4 – Serviços Públicos	113
4.1 Conceito	113
4.1.1 Serviço público em sentido amplo.....	113
4.1.2 Serviço público em sentido restrito	115
4.1.3 Evolução.....	116
4.1.4 Conclusões quanto ao conceito	118
4.2 Elementos da definição	119
4.2.1 Elemento subjetivo	119
4.2.2 Elemento formal	119
4.2.3 Elemento material	120
4.3 Crise na noção de serviço público.....	121
4.4 Princípios	123
4.5 Direitos dos usuários de serviços públicos.....	124
4.6 Classificação.....	125
4.7 Formas de gestão.....	128
Capítulo 5 – Poder de Polícia.....	133
5.1 Introdução.....	133
5.2 Evolução	133
5.3 Conceito.....	135

5.4	Polícia administrativa e judiciária.....	136
5.5	Meios de atuação.....	136
5.6	Características.....	137
5.7	Limites.....	139
Capítulo 6 – Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada		143
6.1	Evolução.....	143
6.2	Modalidades.....	143
6.3	Fundamento.....	144
6.4	Função social da propriedade.....	146
6.5	Limitações administrativas.....	148
6.6	Ocupação temporária.....	150
6.7	Requisição administrativa.....	152
6.8	Tombamento.....	154
6.8.1	Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.....	154
6.8.2	Conceito e características.....	155
6.8.3	Objeto.....	156
6.8.4	Modalidades.....	156
6.8.5	Procedimento.....	157
6.8.6	Efeitos.....	159
6.8.7	Natureza jurídica.....	161
6.9	Servidão administrativa.....	162
6.9.1	Servidão na teoria geral do direito.....	162
6.9.2	Servidão de direito privado e de direito público.....	163
6.9.3	Servidão administrativa e limitação administrativa.....	164
6.9.4	Conceito.....	164
6.9.5	Forma de constituição.....	164
6.9.6	Extinção.....	165
6.9.7	Direito à indenização.....	166
6.9.8	Modalidades.....	167
6.9.8.1	Servidão sobre terrenos marginais.....	167
6.9.8.2	Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos.....	167
6.9.8.3	Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional.....	167
6.9.8.4	Servidão em torno de aeródromos e aeroportos.....	168
6.9.8.5	Servidão militar.....	168
6.9.8.6	Servidão de aqueduto.....	168
6.9.8.7	Servidão de energia elétrica.....	169
6.10	Desapropriação.....	170
6.10.1	Evolução no direito brasileiro.....	170
6.10.2	Conceito.....	171
6.10.3	Modalidades de desapropriação sancionatória.....	171
6.10.4	Procedimento.....	174
6.10.5	Sujeitos ativo e passivo.....	179
6.10.6	Pressupostos.....	180
6.10.7	Objeto.....	181
6.10.8	Indenização.....	182
6.10.9	Natureza jurídica.....	186
6.10.10	Imissão provisória na posse.....	188

6.10.11	Destino dos bens desapropriados.....	190
6.10.12	Desapropriação indireta.....	193
6.10.13	Retrocessão.....	195
Capítulo 7 – Atos Administrativos.....		203
7.1	Fatos da administração.....	203
7.2	Atos da administração.....	203
7.3	Origem da expressão.....	204
7.4	Conceito.....	205
7.5	Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos.....	208
7.6	Atributos.....	208
7.6.1	Presunção de legitimidade e veracidade.....	208
7.6.2	Imperatividade.....	210
7.6.3	Autoexecutoriedade.....	210
7.6.4	Tipicidade.....	211
7.7	Elementos.....	212
7.7.1	Sujeito.....	212
7.7.2	Objeto.....	215
7.7.3	Forma.....	215
7.7.4	Finalidade.....	218
7.7.5	Motivo.....	218
7.8	Discrecionariedade e vinculação.....	219
7.8.1	Conceito.....	219
7.8.2	Justificação.....	220
7.8.3	Âmbito de aplicação da discrecionariedade.....	221
7.8.4	Legalidade e mérito do ato administrativo.....	223
7.8.5	Limites da discrecionariedade e controle pelo Poder Judiciário.....	226
7.9	Classificação.....	227
7.10	Atos administrativos em espécie.....	231
7.10.1	Quanto ao conteúdo.....	232
7.10.1.1	Autorização.....	232
7.10.1.2	Licença.....	234
7.10.1.3	Admissão.....	234
7.10.1.4	Permissão.....	234
7.10.1.5	Aprovação.....	235
7.10.1.6	Homologação.....	235
7.10.1.7	Parecer.....	235
7.10.1.8	Visto.....	238
7.10.2	Quanto à forma.....	238
7.10.2.1	Decreto.....	238
7.10.2.2	Resolução e portaria.....	238
7.10.2.3	Circular.....	239
7.10.2.4	Despacho.....	239
7.10.2.5	Alvará.....	239
7.11	Extinção.....	240
7.11.1	Modalidades.....	240
7.11.2	Anulação ou invalidação.....	240
7.11.2.1	Conceito, efeitos e natureza.....	240
7.11.2.2	Vícios: peculiaridades no Direito Administrativo.....	243
7.11.2.3	Vícios relativos ao sujeito.....	243

7.11.2.4	Vícios relativos ao objeto.....	245
7.11.2.5	Vícios relativos à forma.....	246
7.11.2.6	Vícios quanto ao motivo.....	246
7.11.2.7	Vícios relativos à finalidade.....	246
7.11.2.8	Consequências decorrentes dos vícios.....	247
7.11.2.9	Atos administrativos nulos e anuláveis.....	248
7.11.2.10	Convalidação.....	249
7.11.2.11	Confirmação.....	251
7.11.3	Revogação.....	251
Capítulo 8 – Contrato Administrativo		259
8.1	Contratos da administração.....	259
8.2	Divergências doutrinárias.....	259
8.3	O contrato administrativo como espécie do gênero contrato.....	261
8.4	Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado.....	262
8.5	Direito positivo.....	265
8.5.1	Normas constitucionais.....	265
8.5.2	Legislação ordinária.....	266
8.5.3	Regulamentação da Lei nº 14.133/21.....	268
8.6	Características dos contratos administrativos.....	269
8.6.1	Presença da Administração Pública como Poder Público.....	269
8.6.2	Finalidade pública.....	269
8.6.3	Obediência à forma prescrita em lei.....	269
8.6.3.1	Dos prazos contratuais e sua prorrogação.....	271
8.6.3.2	Do recebimento do objeto do contrato.....	272
8.6.3.3	Dos pagamentos.....	273
8.6.4	Procedimento legal.....	273
8.6.5	Contrato de adesão.....	274
8.6.6	Natureza <i>intuitu personae</i>	274
8.6.7	Presença das cláusulas exorbitantes.....	275
8.6.7.1	Exigência de garantia.....	275
8.6.7.2	Alteração unilateral.....	277
8.6.7.3	Extinção unilateral.....	278
8.6.7.4	Fiscalização.....	279
8.6.7.5	Aplicação de penalidades.....	279
8.6.7.6	Anulação.....	282
8.6.7.7	Retomada do objeto.....	284
8.6.7.8	Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	285
8.6.8	Mutabilidade.....	285
8.6.8.1	Álea administrativa: alteração unilateral do contrato.....	288
8.6.8.2	Álea administrativa: fato do príncipe.....	289
8.6.8.3	Álea administrativa: fato da administração.....	289
8.6.8.4	Álea econômica: teoria da imprevisão.....	291
8.7	Extinção do contrato administrativo.....	296
8.8	Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	297
8.9	Modalidades de contratos administrativos.....	298
8.9.1	Concessão.....	298
8.9.1.1	Conceito e modalidades.....	298
8.9.1.2	Natureza jurídica.....	301
8.9.1.3	Concessão de serviço público.....	302

8.9.1.3.1	Evolução	302
8.9.1.3.2	Conceito e características.....	303
8.9.1.3.3	Concessão, permissão e autorização de serviço público	311
8.9.1.4	Parcerias público-privadas.....	314
8.9.1.4.1	Direito positivo.....	314
8.9.1.4.2	Conceito e modalidades.....	315
8.9.1.4.3	Concessão patrocinada.....	316
8.9.1.4.4	Concessão administrativa	319
8.9.1.4.5	Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa	321
8.9.1.4.6	Da licitação	324
8.9.1.4.7	Procedimento de manifestação de interesse.....	328
8.9.1.4.8	Normas aplicáveis apenas à União.....	331
8.9.1.5	Concessão de obra pública.....	335
8.9.1.6	Concessão de uso	336
8.9.2	Contratos de obra pública e de prestação de serviços	336
8.9.2.1	Empreitada.....	338
8.9.2.2	Administração contratada	339
8.9.2.3	Tarefa	340
8.9.2.4	Serviços de publicidade	340
8.9.3	Contrato de fornecimento.....	341
8.10	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI	343
8.11	Contrato de desempenho e contrato de gestão	344
8.12	Convênio	347
8.13	Consórcio administrativo	350
8.14	Terceirização	351
Capítulo 9 – Licitação		367
9.1	Conceito	367
9.2	Direito positivo.....	368
9.3	Disposições preliminares – âmbito de aplicação da Lei nº 14.133/21.....	371
9.4	Objetivos da licitação.....	372
9.5	Princípios da licitação	372
9.5.1	Princípio da legalidade	374
9.5.2	Princípios da impessoalidade, do julgamento objetivo e da competitividade.....	375
9.5.3	Princípio da moralidade e da probidade	376
9.5.4	Princípios da transparência, da publicidade e da motivação.....	376
9.5.5	Princípios da eficiência, da celeridade, da economicidade, do planejamento e da eficácia	378
9.5.6	Princípio do interesse público	379
9.5.7	Princípio da igualdade.....	380
9.5.8	Princípio da segregação de funções	385
9.5.9	Princípio da vinculação ao edital	385
9.5.10	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	385
9.5.11	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.....	386
9.5.12	Princípio da segurança jurídica	389
9.5.13	Observância de normas da LINDB	390
9.6	Agentes públicos.....	390
9.7	Contratação direta	392
9.7.1	Fundamento constitucional	392

9.7.2	Instrução do processo de contratação direta, sem licitação.....	392
9.7.3	Responsabilidade solidária pela contratação direta irregular.....	393
9.7.4	Modalidades de contratação direta.....	393
9.7.4.1	Inexigibilidade de licitação.....	394
9.7.4.2	Dispensa de licitação.....	395
9.7.4.3	Licitação dispensada.....	403
9.8	Modalidades de licitação.....	405
9.9	Do processo licitatório.....	408
9.9.1	Exigências formais para o processo de licitação.....	409
9.9.2	Publicidade do procedimento e sigilo do orçamento estimado.....	410
9.9.3	Vedação à participação em licitação ou na execução do contrato.....	410
9.9.4	Participação de empresas em consórcio.....	411
9.9.5	Participação de profissionais organizados em cooperativa.....	411
9.10	Fases do processo de licitação.....	412
9.10.1	Primeira fase: preparatória.....	413
9.10.1.1	Da instrução do processo licitatório.....	413
9.10.1.2	Centralização e padronização do procedimento.....	414
9.10.1.3	Aquisição de itens de consumo.....	414
9.10.1.4	Convocação de audiência pública e consulta pública.....	414
9.10.1.5	Valor estimado da contratação.....	415
9.10.2	Segunda fase: a divulgação do edital de licitação.....	416
9.10.2.1	Do parecer do órgão de assessoramento jurídico.....	416
9.10.2.2	Publicidade do edital.....	416
9.10.2.3	Regras sobre o edital.....	417
9.10.2.4	Da impugnação ao edital.....	418
9.10.2.5	Margem de preferência.....	418
9.10.2.6	Matriz de riscos.....	419
9.10.3	Terceira fase: apresentação de propostas e lances.....	420
9.10.3.1	Prazos para apresentação de propostas e lances.....	420
9.10.3.2	Modos de disputa.....	420
9.10.4	Quarta fase: julgamento.....	421
9.10.4.1	Objetivo.....	421
9.10.4.2	Subfases do julgamento.....	421
9.10.4.3	Critérios de julgamento.....	422
9.10.5	Quinta fase: habilitação.....	425
9.10.5.1	Substituição de documentos.....	426
9.10.5.2	Saneamento de erros ou falhas.....	426
9.10.5.3	Previsão das condições de habilitação no edital.....	427
9.10.5.4	Aspectos formais da documentação.....	429
9.10.5.5	Substituição dos documentos por registro cadastral.....	429
9.10.5.6	Dispensa de documentos.....	429
9.10.6	Sexta fase: recurso.....	429
9.10.7	Sétima fase: homologação.....	430
9.11	Dos instrumentos auxiliares.....	431
9.11.1	Previsão legal.....	431
9.11.2	Modalidades.....	431
9.11.2.1	Credenciamento.....	432
9.11.2.2	Pré-qualificação.....	433
9.11.2.3	Do procedimento de manifestação de interesse.....	433
9.11.2.4	Sistema de registro de preços.....	434

9.11.2.5	Do registro cadastral.....	437
9.12	Controle das contratações.....	438
9.13	Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.....	441
9.14	Disposições finais e transitórias.....	442
Capítulo 10	Administração Indireta.....	457
10.1	Descentralização.....	457
10.1.1	Descentralização e desconcentração.....	457
10.1.2	Descentralização política e administrativa.....	457
10.1.3	Modalidades de descentralização administrativa.....	458
10.1.3.1	Descentralização territorial.....	458
10.1.3.2	Descentralização por serviços.....	459
10.1.3.3	Descentralização por colaboração.....	460
10.1.4	Evolução.....	461
10.1.5	A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro.....	462
10.1.5.1	A confusão do legislador.....	462
10.1.5.2	A expressão Administração Indireta na Constituição.....	464
10.2	Entidades da Administração Indireta.....	465
10.2.1	Modalidades e natureza jurídica.....	465
10.2.2	Regime jurídico.....	466
10.3	Autarquias.....	469
10.3.1	O vocábulo autarquia.....	469
10.3.2	Evolução no direito brasileiro.....	470
10.3.3	Conceito e características.....	471
10.3.4	Posição perante a Administração Pública e terceiros.....	472
10.3.5	Classificação.....	472
10.4	Fundação.....	475
10.4.1	Natureza jurídica e conceito.....	475
10.4.2	Fundação de direito privado.....	476
10.4.3	Direito positivo brasileiro.....	478
10.4.4	Fundação de direito público.....	481
10.5	Empresas estatais.....	482
10.5.1	Alcance da expressão.....	482
10.5.2	Distinção quanto ao tipo de atividade.....	483
10.5.3	Sociedade de economia mista, empresa pública e subsidiárias.....	485
10.5.3.1	Estatuto jurídico.....	485
10.5.3.2	Conceito legal.....	488
10.5.3.3	Traços comuns.....	490
10.5.3.4	Traços distintivos.....	494
10.5.3.5	Regime jurídico.....	496
10.5.3.6	Órgãos de Administração.....	498
10.5.3.7	Função social.....	500
10.5.3.8	Responsabilidade e controle interno.....	501
10.5.3.9	Licitação.....	503
10.5.3.10	Contratos.....	507
10.5.3.11	Fiscalização.....	508
10.6	Normas comuns às entidades da Administração Indireta.....	509
10.7	Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas.....	515
10.8	Natureza jurídica dos bens das entidades da Administração Indireta.....	516
10.9	Agências.....	518

10.9.1	Considerações gerais.....	518
10.9.2	Agência executiva.....	520
10.9.3	Agência reguladora	521
10.10	Consórcio público.....	531
10.10.1	Considerações gerais.....	531
10.10.2	Conceito e natureza jurídica	533
10.10.3	Constituição, alteração e extinção do consórcio	535
10.10.4	Contratos de rateio.....	537
10.10.5	Contratos de programa e convênios de cooperação	538
10.11	Consórcio público e Associação de Representação de Municípios	540
10.12	Controle administrativo ou tutela das entidades da Administração Indireta.....	542
Capítulo 11	- Entidades Paraestatais e Terceiro Setor	555
11.1	A expressão entidade paraestatal	555
11.2	Aproximação entre entidades paraestatais e terceiro setor.....	557
11.3	As entidades paraestatais no direito positivo	561
11.4	Serviços sociais autônomos.....	563
11.5	Entidades de apoio	565
11.6	Organizações sociais.....	570
11.7	Organizações da sociedade civil de interesse público	576
11.8	Organizações da sociedade civil.....	580
11.8.1	Abrangência da Lei nº 13.019/14.....	580
11.8.2	Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação.....	582
11.8.3	Do chamamento público	583
11.8.3.1	Providências preliminares.....	583
11.8.3.2	Procedimento do chamamento público.....	583
11.8.3.3	Dispensa e inexigibilidade do chamamento público.....	585
11.8.4	Da celebração do termo de colaboração e do termo de fomento.....	586
11.8.5	Das vedações	588
11.8.6	Das contratações realizadas pelas organizações da sociedade civil	588
11.8.7	Medidas moralizadoras.....	588
Capítulo 12	- Órgãos Públicos.....	597
12.1	Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos.....	597
12.2	Conceito	598
12.3	Natureza	599
12.4	Classificação.....	599
Capítulo 13	- Servidores Públicos.....	603
13.1	Terminologia.....	603
13.2	Agentes públicos.....	603
13.2.1	Agentes políticos.....	604
13.2.2	Servidores públicos	606
13.2.3	Militares	609
13.2.4	Particulares em colaboração com o Poder Público.....	612
13.3	Cargo, emprego e função	612
13.4	Normas constitucionais.....	614
13.4.1	Regime jurídico do servidor	614
13.4.2	Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas	616
13.4.3	Condições de ingresso	616

13.4.4	Sistema remuneratório dos servidores públicos.....	624
13.4.4.1	Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento.....	625
13.4.4.2	Regime de subsídios.....	627
13.4.4.2.1	Agentes públicos em regime de subsídio.....	629
13.4.4.2.2	Competência para fixação e alteração dos subsídios.....	629
13.4.4.2.3	Subsídios para os servidores organizados em carreira...	630
13.4.4.3	Normas comuns à remuneração e aos subsídios	631
13.4.4.3.1	Fixação e alteração da remuneração e do subsídio.....	631
13.4.4.3.2	Teto das remunerações e subsídios.....	632
13.4.4.3.3	Irredutibilidade de remuneração e subsídio.....	637
13.4.5	Direito de greve e de livre associação sindical.....	638
13.4.6	Proibição de acumulação de cargos	641
13.4.7	Aposentadoria e pensão.....	644
13.4.7.1	Regime previdenciário.....	644
13.4.7.2	Princípios da reforma previdenciária.....	646
13.4.7.3	Regimes previdenciários diferenciados.....	650
13.4.7.4	Modalidades de aposentadoria.....	655
13.4.7.5	Cálculo dos proventos dos servidores federais	660
13.4.7.6	Regime previdenciário dos servidores estaduais, distritais e municipais.....	664
13.4.7.7	Valor dos proventos de aposentadoria voluntária dos servidores estaduais, distritais e municipais	667
13.4.7.8	Pensão por morte do servidor.....	669
13.4.7.9	Previdência complementar	671
13.4.7.10	Contagem de tempo para aposentadoria	673
13.4.8	Estabilidade	674
13.4.9	Afastamento para exercício de mandato eletivo.....	678
13.4.10	Direitos sociais.....	678
13.4.11	Limites de despesa com pessoal	679
13.4.12	Limites decorrentes das Emendas Constitucionais nos 95/16, 109/21 e 126/22..	683
13.5	Provimento e investidura	686
13.6	Vacância.....	690
13.7	Direitos e deveres	690
13.8	Responsabilidade.....	692
13.8.1	Responsabilidade civil.....	694
13.8.2	Responsabilidade administrativa	696
13.8.3	Responsabilidade penal.....	698
13.8.4	Comunicabilidade de instâncias.....	700

Capítulo 14 – Processo Administrativo..... 715

14.1	Processos estatais	715
14.2	Processo administrativo	716
14.3	Processo e procedimento	716
14.4	Modalidades.....	717
14.5	Decisão coordenada.....	720
14.6	Processo administrativo eletrônico	721
14.7	Princípios	722
14.7.1	Princípio da publicidade.....	723
14.7.2	Princípio da oficialidade.....	723
14.7.3	Princípio da obediência à forma e aos procedimentos.....	724

14.7.4	Princípio da gratuidade	725
14.7.5	Princípio da ampla defesa e do contraditório	725
14.7.6	Princípio da atipicidade	727
14.7.7	Princípio da pluralidade de instâncias	729
14.7.8	Princípio da economia processual	729
14.7.9	Princípio da participação popular	730
14.8	Processo administrativo disciplinar	731
14.9	Processo sumário	734
14.9.1	Sindicância	734
14.9.2	Verdade sabida	734
Capítulo 15	Responsabilidade Extracontratual do Estado	739
15.1	Delimitação do tema	739
15.2	Evolução	739
15.2.1	Teoria da irresponsabilidade	740
15.2.2	Teorias civilistas	741
15.2.3	Teorias publicistas	741
15.3	Direito positivo brasileiro	743
15.4	Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade	746
15.5	Responsabilidade do estado por omissão	748
15.6	Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de leis e regulamentos	750
15.7	Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	754
15.8	Reparação do dano	756
Capítulo 16	Bens Públicos	765
16.1	Evolução	765
16.2	Classificação	765
16.3	Bens do domínio público do Estado	767
16.3.1	Conceito	767
16.3.2	Natureza jurídica	768
16.3.3	Modalidades	769
16.3.4	Regime jurídico	770
16.4	Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais	771
16.4.1	Conceito	771
16.4.2	Características	772
16.4.3	Regime jurídico	772
16.5	Alienação	776
16.5.1	Alienação dos bens de uso comum e de uso especial	776
16.5.2	Alienação dos bens dominicais	777
16.6	Uso de bem público por particular	782
16.6.1	Uso normal e uso anormal	782
16.6.2	Uso comum	783
16.6.3	Uso privativo	785
16.6.3.1	Conceito e características	785
16.6.3.2	Instrumentos estatais de outorga de uso privativo	786
16.6.3.3	Autorização, permissão e concessão	786
16.6.3.4	Uso privativo de bens imóveis da União	791
16.6.3.5	Tutela do uso privativo	797
16.7	Formação do patrimônio público	799
16.8	Bens públicos em espécie	802

16.8.1	Direito positivo	802
16.8.2	Terrenos reservados	802
16.8.3	Terrenos de marinha e seus acréscidos	805
16.8.4	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	806
16.8.5	Terras devolutas	809
16.8.5.1	Evolução da propriedade rural no Brasil	809
16.8.5.2	Conceito e natureza jurídica	811
16.8.5.3	Titularidade	812
16.8.5.4	Processo de discriminação	813
16.8.6	Faixa de fronteira	814
16.8.7	Ilhas	814
16.8.8	Águas públicas	815
16.8.9	Minas e jazidas	817
16.8.9.1	Conceito	817
16.8.9.2	Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas	817
16.8.9.3	Evolução no direito brasileiro	818
16.8.9.4	Sistema atual	818
Capítulo 17 – Controle da Administração Pública		829
17.1	Conceito e abrangência	829
17.2	Espécies	830
17.3	Controle administrativo	831
17.3.1	Conceito e alcance	831
17.3.2	Recursos administrativos	832
17.3.2.1	Conceito, efeitos e fundamento	832
17.3.2.2	Modalidades	833
17.3.2.3	Coisa julgada administrativa	838
17.3.2.4	Prescrição administrativa	839
17.4	Controle legislativo	840
17.4.1	Alcance	840
17.4.2	Controle político	841
17.4.3	Controle financeiro	842
17.5	Controle judicial	844
17.5.1	Sistema de unidade de jurisdição	844
17.5.2	Limites	844
17.5.3	Controle judicial das políticas públicas	846
17.5.3.1	Conceito de políticas públicas e competência para sua definição e execução	846
17.5.3.2	Controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário	847
17.5.4	A Administração Pública em juízo	852
17.5.5	Meios de controle	868
17.5.5.1	<i>Habeas corpus</i>	868
17.5.5.2	<i>Habeas data</i>	869
17.5.5.3	Mandado de injunção	872
17.5.5.3.1	Controvérsias quanto à origem	872
17.5.5.3.2	Objeto do mandado de injunção	873
17.5.5.3.3	A solução adotada pela Lei nº 13.300/16	875
17.5.5.3.4	Pressupostos	876
17.5.5.3.5	Mandado de injunção individual ou coletivo	876
17.5.5.3.6	Anotações quanto ao processo	877

17.5.5.3.7	Competência para julgamento	879
17.5.5.4	Mandado de segurança individual.....	879
17.5.5.4.1	Origem.....	879
17.5.5.4.2	Conceito e pressupostos	880
17.5.5.4.3	Restrições	884
17.5.5.4.4	Anotações quanto ao processo	887
17.5.5.4.5	Prazo	892
17.5.5.5	Mandado de segurança coletivo.....	893
17.5.5.6	Ação popular.....	896
17.5.5.6.1	Evolução	896
17.5.5.6.2	Conceito e pressupostos	897
17.5.5.6.3	Sujeito ativo e passivo	900
17.5.5.6.4	Posição do Ministério Público	901
17.5.5.6.5	Objeto	902
17.5.5.6.6	Anotações quanto ao processo	902
17.5.5.7	Ação civil pública	903
17.5.5.7.1	Origem e evolução	903
17.5.5.7.2	Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo	905
17.5.5.7.3	Pressupostos e conceito.....	905
17.5.5.7.4	Sujeito ativo e passivo	906
17.5.5.7.5	Funções do Ministério Público	907
17.5.5.7.6	Objeto	907
17.5.5.7.7	Anotações quanto ao processo	908
Capítulo 18 – Improbidade Administrativa		919
18.1	Legalidade, moralidade e probidade.....	919
18.2	Evolução no direito positivo	921
18.3	Lei de Improbidade Administrativa	924
18.3.1	Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível	924
18.3.2	Inovações da Lei nº 14.230, de 25-10-21	926
18.3.3	Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa.....	927
18.3.4	Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa.....	928
18.3.4.1	Sujeito passivo.....	928
18.3.4.2	Sujeito ativo.....	928
18.3.4.3	Ocorrência de ato danoso	933
18.3.4.4	Elemento subjetivo: dolo ou culpa.....	936
18.3.5	Sanções.....	937
18.3.6	Procedimento administrativo	940
18.3.7	Ação judicial de improbidade administrativa.....	941
Capítulo 19 – Responsabilidade das Pessoas Jurídicas pela Prática de Atos Danosos contra a Administração Pública.....		951
19.1	Da lei anticorrupção	951
19.2	Dos requisitos da responsabilização	952
19.3	Responsabilização administrativa.....	955
19.4	Do processo administrativo de responsabilização.....	956
19.5	Do acordo de leniência.....	957
19.6	Da responsabilização judicial	960

19.7	Dosimetria das sanções	961
19.8	Da cumulatividade de sanções	963
19.9	Do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	964
Capítulo 20 – Arbitragem, Mediação e Autocomposição de Conflitos na Administração Pública		969
20.1	Direito positivo	969
20.2	A arbitragem na Administração Pública	971
20.2.1	Das controvérsias doutrinárias	971
20.2.2	Inovações da Lei nº 13.129, de 26-5-15, quanto à arbitragem na Administração Pública	973
20.2.3	Direitos patrimoniais disponíveis	974
20.2.4	Previsão de contratos de direito privado na Lei nº 8.666/93 e na nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/21	976
20.2.5	Matérias que podem ser submetidas à arbitragem	976
20.2.6	Competência para autorizar a arbitragem	977
20.2.7	Arbitragem de direito	979
20.2.8	Conflito entre sigilo e publicidade	979
20.3	Mediação	980
20.4	Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público	981
20.4.1	Conceito e alcance	981
20.4.2	Medidas de autocomposição de conflitos	981
Bibliografia		989
Índice Remissivo		999